

**REGIMENTO INTERNO  
DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989**

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

---

**TÍTULO II  
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA**

---

**CAPÍTULO IV  
DAS COMISSÕES**

---

**Seção III  
Das Comissões Temporárias**

---

**Subseção II  
Das Comissões Parlamentares de Inquérito**

Art. 35. A Câmara dos Deputados, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*\*Parágrafo com redação adaptada à Resolução nº 20, de 2004.*

§ 3º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos cinco na Câmara, salvo mediante projeto de resolução com o mesmo quórum de apresentação previsto no *caput* deste artigo.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

§ 6º Do ato de criação constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das providências que a Comissão solicitar.

Art. 36. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, ou do Poder Judiciário, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Ministros de Estado, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território nacional para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VI - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

.....  
**TÍTULO IV  
DAS PROPOSIÇÕES**  
.....

**CAPÍTULO IV  
DOS REQUERIMENTOS**

**Seção I  
Sujeitos a Despacho apenas do Presidente**

Art. 114. Serão verbais ou escritos, e imediatamente despachados pelo Presidente, os requerimentos que solicitem:

I - a palavra, ou a desistência desta;

II - permissão para falar sentado, ou da bancada;

III - leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - observância de disposição regimental;

V - retirada, pelo Autor, de requerimento;

VI - discussão de uma proposição por partes;

VII - retirada, pelo Autor, de proposição com parecer contrário, sem parecer, ou apenas com parecer de admissibilidade;

*\*Primitivo inciso VIII renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

VIII - verificação de votação;

*\*Primitivo inciso IX renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

Dia; IX - informações sobre a ordem dos trabalhos, a agenda mensal ou a Ordem do

*\*Primitivo inciso X renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

X - prorrogação de prazo para o orador na tribuna;

*\*Primitivo inciso XI renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

XI - dispensa do avulso para a imediata votação da redação final já publicada;

*\*Primitivo inciso XII renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

XII - requisição de documentos;

*\*Primitivo inciso XIII renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

XIII - preenchimento de lugar em Comissão;

*\*Primitivo inciso XIV renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

XIV - inclusão em Ordem do Dia de proposição com parecer, em condições regimentais de nela figurar;

*\*Primitivo inciso XV renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

XV - reabertura de discussão de projeto encerrada em sessão legislativa anterior;

*\*Primitivo inciso XVI renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

XVI - esclarecimento sobre ato da administração ou economia interna da Câmara;

*\*Primitivo inciso XVII renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

XVII - licença a Deputado, nos termos do § 3º do art. 235.

*\*Primitivo inciso XVIII renumerado pela Resolução nº 5, de 1996.*

Parágrafo único. Em caso de indeferimento e a pedido do Autor, o Plenário será consultado, sem discussão nem encaminhamento de votação, que será feita pelo processo simbólico.

## **Seção II**

### **Sujeitos a Despacho do Presidente, Ouvida a Mesa**

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

II - inserção, nos Anais da Câmara, de informações, documentos ou discurso de representante de outro Poder, quando não lidos integralmente pelo orador que a eles fez remissão.

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, caberá recurso ao Plenário dentro em cinco sessões, a contar da publicação do despacho indeferitório no Diário da Câmara dos Deputados. O recurso será decidido pelo processo simbólico, sem discussão, sendo permitido o encaminhamento de votação pelo Autor do requerimento e pelos Líderes, por cinco minutos cada um.

.....  
.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2001**

Institui o Código de Ética e Decoro  
Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte  
Resolução:

Art. 1º O Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados é  
instituído na conformidade do texto anexo.

Parágrafo único. As normas estabelecidas no Código de Ética e Decoro  
Parlamentar complementam o Regimento Interno e dele passam a fazer parte integrante.

.....  
**CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**  
.....

**CAPÍTULO VIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 19. Aprovado este Código, a Mesa organizará a distribuição das vagas do  
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar entre os partidos e blocos parlamentares com assento  
na Casa, e convocará as lideranças a indicarem os deputados das respectivas bancadas para  
integrar o Conselho, nos termos do art. 7º.

*Parágrafo único.* Os mandatos dos membros indicados na forma deste artigo  
estender-se-ão, excepcionalmente, até o início da sessão legislativa seguinte.

Art. 20. Os projetos de resolução destinados a alterar o presente Código  
obedecerão às normas de tramitação do art. 216 do Regimento Interno.